

TCU aprova contas do governo com 22 ressalvas

O Tribunal de Contas da União aprovou em 24/6, com 22 ressalvas, o parecer prévio das contas do governo federal, referentes ao exercício financeiro de 2007, primeiro ano de gestão do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O documento, que teve como relator o ministro Benjamin Zymler, será encaminhado ao Congresso Nacional, para julgamento das contas.

O TCU analisou o desempenho da economia brasileira; a programação orçamentária e execução das receitas e despesas da União; as ações setoriais, com análise geral dos programas e funções de governo voltada para a aferição do impacto das ações governamentais; e os aspectos econômicos-financeiros das demonstrações contábeis da União. O relatório apontou erros, como deficiências no planejamento das metas físicas e financeiras do Orçamento da União, inexistência de sistema de custos para avaliar a gestão orçamentária e ausência de indicadores para 28% dos programas do Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007.

Segundo o relatório, o Poder Executivo Federal observou os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública. Os balanços demonstram adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial da União em 31 de dezembro de 2007. O parecer aponta, também, que foram respeitados os parâmetros e limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As ressalvas referem-se a descumprimento de normas, como manutenção de volume expressivo de restos a pagar não-processados, inscritos ou revalidados no exercício de 2007; inexistência de sistema de custos para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; deficiência no planejamento das metas físicas e financeiras das ações; utilização de procedimentos inadequados para apresentação de valores na demonstração das variações patrimoniais; ausência de registro das receitas vinculadas aos fundos da administração indireta, a exemplo do que ocorre

com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), entre outras.

Para correção das falhas detectadas, foram feitas 15 recomendações aos ministérios da Integração Nacional, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente, dos Transportes, às secretarias do Tesouro Nacional e da Receita Federal do Brasil, às Centrais Elétricas Brasileiras, ao Comando da Marinha, à Caixa Econômica Federal e aos bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Nordeste do Brasil (BNB), da Amazônia (Basa) e do Brasil (BB).

INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA

O parecer aponta que os setores de petróleo e gás e de transporte lideraram os investimentos no setor de infra-estrutura em 2007. De forma geral, os investimentos na área cresceram em 2004, com relativa estagnação nos anos seguintes. No período, os financiamentos concedidos pelo BNDES aumentaram, e custearam 25% do total dos investimentos públicos e privados em infra-estrutura em 2007.

Verificou-se também elevação dos investimentos em manutenção e ampliação de malha rodoviária. Os empenhos liquidados (incluindo restos a pagar de anos anteriores) para o setor passaram de R\$ 1,3 bilhão, em 2003, para R\$ 4,9 bilhões, em 2007. Apesar do aumento, estudos de 2007 apontam que aproximadamente 30% das estradas federais sob gestão pública apresentavam trafegabilidade ruim ou péssima.

As falhas de execução das obras são um dos fatores que provocam esse quadro. Em 75% das 106 auditorias em obras rodoviárias realizadas pelo TCU no ano passado detectou-se algum tipo de irregularidade, com destaque para falhas de projeto e superfaturamento. Segundo o relatório, as ações de conservação e de manutenção das rodovias

devem estar associadas às de controle de carga, pois o excesso de peso transportado também reduz a durabilidade do pavimento. Estima-se em R\$ 1,5 bilhão ao ano os prejuízos causados pela ausência do controle do peso.

O TCU recomendou que os ministérios dos Transportes e do Planejamento, Orçamento e Gestão incluam na Lei Orçamentária Anual (LOA) dotação suficiente para ações de manutenção da malha rodoviária federal e execução do plano nacional de pesagem.

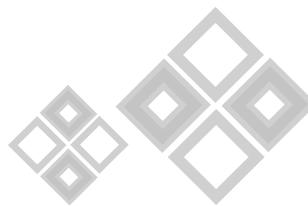
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O relatório também faz algumas considerações sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre os objetivos do programa estão investimentos na expansão da infra-estrutura brasileira, estímulo ao crédito e financiamento, melhora do ambiente de investimento além da adoção de medidas fiscais de longo prazo.

O tribunal identificou irregularidades graves em 20 obras do PAC das 128 que foram fiscalizadas em 2007. O Congresso incluiu 11 dessas obras consideradas irregulares na lei orçamentária de 2008, que permanecem bloqueadas até que decreto legislativo libere o empreendimento.

Os investimentos em infra-estrutura estão divididos entre os orçamentos fiscal e da seguridade social (OFSS) e os investimentos das estatais. Ainda há previsão para investimentos do setor privado. De acordo com o relator, apesar de terem sido alocados recursos, há dificuldade para gastar.

Nos Estados e Distrito Federal a liquidação da despesa alcançou 23%, nos municípios somente 4%. Já os programas conduzidos diretamente pela União obtiveram liquidação de 31% do previsto. Segundo o Ministro Benjamin Zymler não houve diferença significativa entre a execução das ações físicas do PAC e das demais ações.



O relatório apontou ainda que nas desonerações tributárias, a concentração dos investimentos ficou na região sudeste, que absorve 62% da renúncia tributária concedida. Desse percentual, 32% foi direcionado às pequenas e médias empresas.

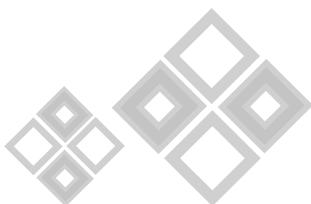
O valor dos subsídios concedidos nas operações de financiamento dos programas e projetos do PAC foi de R\$ 2,14 bilhões no ano passado. O setor de energia teve 54% dos benefícios concedidos. A região Norte ficou com a maior parte dos subsídios creditícios, cerca de R\$ 674 milhões.

DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O relatório considerou o desempenho da economia brasileira positivo. O crescimento da receita, essencialmente, possibilitou um superávit primário maior que o programado para o ano. O documento mostrou desde o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,4%, ao declínio da taxa desemprego, que passou de 8,4% para 7,4%. De acordo com os técnicos do TCU, o crescimento econômico foi resultado do aquecimento da demanda interna, particularmente do consumo das famílias e dos investimentos privados na indústria.

SEGURIDADE SOCIAL

Na questão do financiamento da seguridade social, o relatório mostra resultado negativo do confronto entre despesas e receitas diretamente vinculadas à seguridade social, que compreende as áreas de saúde, previdência e assistência social. Entre as razões encontradas para o resultado deficitário da área da previdência social, destacam-se a insuficiência de contribuição no setor rural, o elevado grau de informalidade nas relações de trabalho e as renúncias previdenciárias. No entanto, a União cumpriu o limite fixado na Constituição Federal para ações e serviços públicos de saúde, com aplicação de R\$ 44,3 bilhões na área.



EDUCAÇÃO

A União aplicou em manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2007 cerca de R\$ 17,4 bilhões. Esse montante representa 18,99% da receita líquida de impostos, já descontadas as transferências para Estados, municípios e Distrito Federal, bem como os valores referentes à Desvinculação de Receita da União. Portanto, foi respeitado o mínimo determinado pela Constituição Federal, 18%.

Em 2007, entrou em ação o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Merece destaque o aumento de 31% no total dos recursos destinados à Manutenção da Educação, quando comparado ao montante do Fundef em 2006.

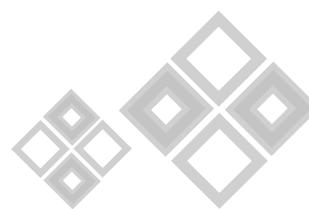
Quanto ao desempenho das instituições federais de ensino superior (Ifes), o TCU realiza avaliação por critérios definidos em 2002, pelo próprio tribunal. Por esses parâmetros, em linhas gerais, houve pouca variação em relação a 2006. Permanecem as Ifes do Sul e Sudeste com o melhor desempenho. Nordeste e Centro-Oeste estão em situação intermediária, enquanto as do Norte continuam apresentando desempenho abaixo das demais regiões.

AGRICULTURA

A União descumpriu determinação constitucional relativa à irrigação do Centro-Oeste. Da despesa total de R\$ 687,4 milhões executada, apenas R\$ 55,7 milhões foram aplicados na região, ou seja, 8% do total. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a aplicação, nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Magna, de, no mínimo, 20% dos recursos.

COMUNICAÇÕES

Dos R\$ 1,04 bilhões previstos para serem gastos em comunicação no ano de 2007, apenas R\$ 491 milhões foram liquidados. Eram previstos gastos em pessoal, investimentos, inversões financeiras e outras despesas correntes.



Os programas de apoio administrativo “Inovação Tecnológica em Telecomunicações”, “Oferta dos Serviços de Telecomunicações” e “Governo Eletrônico” representaram 94% do valor total do orçamento executado nas comunicações. As despesas dos programas concentraram-se no Distrito Federal (64%), Rio de Janeiro (14%) e São Paulo (13%).

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) computou um aumento de 3% no número de telefones fixos instalados, em comparação ao exercício anterior. Com isso, são 27,7 telefones por cada 100 habitantes. Na telefonia móvel, foi atingido o número de 121 milhões de habilitações, um crescimento de 21% em relação a 2006.

ENERGIA

Em energia, foram gastos R\$ 38 bilhões, dos R\$ 48 bilhões empenhados para o setor. De acordo com o balanço geral da União e demonstrações financeiras da Eletrobrás, os fundos do setor elétrico terminaram 2007 com R\$ 5,8 bilhões, resultado do saldo positivo do ano anterior (R\$ 4,7 bilhões), das despesas de R\$ 7,5 bilhões e das receitas de R\$ 8,6 bilhões.

TRANSPORTES

A União gastou com transporte R\$ 12,23 bilhões no orçamento fiscal e da seguridade social, o que corresponde a 86% do orçamento autorizado. Entretanto, o pagamento foi considerado baixo, o equivalente a 34% do autorizado, cerca de R\$ 5,5 bilhões. Dos R\$ 3,8 bilhões de restos a pagar em 2006, R\$ 2,56 bilhões foram pagos.

Nas despesas de investimentos, foram inscritos R\$ 3,3 bilhões e pagos R\$ 2,2 bilhões. Em 2007, houve crescimento de 114% em restos a pagar destinados a investimentos, o que demonstra dificuldade em executar gastos no transporte.

